



**FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN**

*Relatório Circunstanciado de Auditoria
Referente ao Exame das Demonstrações
Contábeis e dos Controles Internos para o
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022.*

Recife: Rua Ondina, 75 – Sala 803 – Pina – Recife/PE – CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter – Fone: (81) 3467.4565

Belo Horizonte: Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP: 30.190-120 – Fone; (31) 2510.7615

www.phfauditores.com.br

Curitiba, 13 de março de 2023.

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN
Curitiba – Paraná

Prezados Senhores:

Na qualidade de auditores da **FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL** examinamos suas demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria independente e emitimos nosso relatório, sem ressalvas, datado de 10 de março de 2023.

Como parte de nossa auditoria, examinamos os procedimentos contábeis adotados pela Entidade e seu sistema de controles internos. Nossos exames, efetuados com base em testes por amostragem foram realizados com o objetivo de fornecer subsídios para a determinação da natureza, extensão e época de aplicação dos procedimentos de auditoria e, portanto, não constituíram um exame específico dos controles internos. Assim, não foram necessariamente detectados todos os pontos que poderiam advir de um exame feito com a finalidade específica de emitir uma opinião sobre o sistema de controles internos.

Como é do conhecimento de V.Sas., é responsabilidade da Administração da Entidade a manutenção de controles internos adequados que propiciem segurança razoável quanto ao controle dos ativos, o completo e fidedigno registro das transações e a adequada apresentação da posição financeira e dos resultados das operações da Entidade. No entanto, em razão das limitações inerentes a qualquer sistema, essa segurança não será absoluta e haverá sempre a possibilidade de erros ou irregularidades não serem detectados pelos controles internos.

Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria do exercício de 2022, que foram concluídos em 10 de março de 2023.

Visando um melhor entendimento, este relatório está dividido em quatro partes, conforme descrito a seguir:

PARTE I – PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ADOTADOS
PARTE II – COMENTÁRIOS SOBRE O PATRIMÔNIO
PARTE III – ASPECTOS TRIBUTÁRIOS
PARTE IV – OUTROS ASSUNTOS
PARTE V - RECOMENDAÇÕES
PARTE VI - CONCLUSÃO

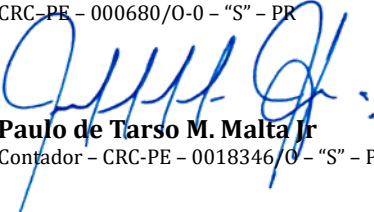
Aproveitamos a oportunidade para deixar consignado nosso agradecimento pela cooperação e cortesia que nos foram dispensadas no decurso de nossos trabalhos por todos os titulares e funcionários com os quais mantivemos contatos.

Colocamo-nos ao inteiro dispor de V.S.as. para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam julgados necessários sobre as recomendações apresentadas.

Atenciosamente,

PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/0-0 – “S” – PR



Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador – CRC-PE – 0018346/0 – “S” – PR

PARTE I - PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ADOTADOS

Síntese dos Trabalhos Preliminares – 31.12.2022

- a) Teste da Folha de Pagamento (Pessoal Próprio).
- b) Teste da Folha de Suplementação de Aposentadorias.
- c) Análise sobre avaliação atuarial.
- d) Teste no Plano de Gestão Administrativa – PGA.
- e) Gestão dos Investimentos.
- f) Empréstimos a participantes.
- h) Exame de Atas de Reuniões e de Ofícios enviados/ recebidos da PREVIC.
- i) Relatórios do Conselho Fiscal.
- l) Análises gerais. Observância de eventuais pontos que possam ter impacto nas demonstrações contábeis; aderência às normas, procedimentos e diretrizes aplicáveis à Entidade.

1. Trabalhos Preliminares

É impraticável descrevermos brevemente todos os procedimentos de auditoria que executamos. Entretanto, nas primeiras etapas, a aplicação dos nossos trabalhos pode ser resumida como segue:

1.1 - Teste da Folha de Pagamento (Pessoal Próprio)

Foram adotados os seguintes procedimentos:

- Analisamos a base de cálculo do INSS (patronal) e FGTS, e suas respectivas liquidações subsequentes.
- Aplicamos testes nas retenções de INSS e IRRF dos empregados, e respectivas liquidações subsequentes.
- Examinamos o saldo de provisão de férias e 13º salários, e respectivos encargos.
- Analisamos os critérios e procedimentos de contabilização.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.2 - Teste da Folha de Suplementação de Aposentadorias

Realizamos procedimentos de auditoria específicos dos dados dos participantes e das obrigações do plano de benefícios.

- Efetuamos leitura e entendimento dos regulamentos vigentes.
- Avaliamos as principais variações ocorridas no exercício.
- Analisamos os critérios e procedimentos de contabilização.
- Verificamos as liquidações subsequentes dos benefícios.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.3 - Análise sobre avaliação atuarial

Realizamos procedimentos de auditoria específicos dos dados dos participantes e das obrigações dos planos de benefícios.

Nossas verificações nos dados dos participantes abrangeram o seguinte:

- a) leitura dos regulamentos dos planos de benefícios, atentando para todas as características dos planos e demais informações para determinar quais dados dos participantes deverão ser testados em nossos trabalhos;
- b) dados dos participantes tais como sexo, estado civil, data de nascimento, dependentes, período de trabalho para o empregador, tempo de contribuição à Previdência Social, quando aplicável, data prevista para início do recebimento do benefício pelo plano e outros dados históricos;
- c) dados sobre as contribuições dos participantes e dos patrocinadores;
- d) dados da folha de pagamento, tais como salário, gratificações e remunerações, utilizados no cálculo dos benefícios do plano;
- e) dados dos benefícios para os participantes em gozo de benefício/assistidos do plano, tais como o tipo de benefício e a opção de benefício escolhida;
- f) dados dos participantes desligados do plano durante o exercício;
- g) dados das pessoas que se tornaram elegíveis a participar do (s) plano (s) durante o exercício e que optaram por participar, quando aplicável;
- h) testes dos dados com uma amostra de participantes, selecionados dos arquivos utilizados pelo atuário responsável pela avaliação do plano, como o registro de empregado, folha de pagamento e demais documentos do patrocinador.

Nossos exames foram procedidos de acordo com o que preceitua a NPA 13 – Procedimentos Mínimos de Auditoria para uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, a natureza das provisões matemáticas de benefícios do plano, os dados dos participantes e das obrigações do Plano de Benefício da **FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN**, nossa análise preliminar compreendeu:

- a) análise do valor atuarial presente dos benefícios dos planos, classificados como:
 - Benefícios a conceder em suas modalidades.
 - Benefícios Concedidos em suas modalidades.
- b) revisão das principais premissas utilizadas para determinar o valor presente atuarial dos benefícios dos planos, bem como a metodologia e regime financeiro utilizados para cálculo de cada um dos benefícios dos planos.
- c) análise sucinta do grupo de participantes ativos e assistidos cobertos pelos planos.
- d) checagem das seguintes informações:
 - condições dos benefícios dos planos utilizadas nos cálculos atuariais.
 - se houve incidência de quaisquer benefícios eventualmente não incluídos na avaliação dos benefícios dos planos.
 - data efetiva da última alteração no plano incluída nesta avaliação.
 - quantificação dos eventuais passivos ou déficits a amortizar, bem como os prazos e condições da amortização.
- e) Análise dos efeitos (individual ou globalmente), dos fatores na alteração do valor presente atuarial dos benefícios dos planos, da data das informações anteriores para a data das informações dos benefícios correntes. Como os efeitos não foram significativos não houve necessidade de procedimentos adicionais.
- f) Análise, no ano período corrente (até 31.12.2022), dos efeitos, quando aplicável, no valor presente dos benefícios dos planos, tais como:
 - Aumento em benefícios.
 - Aumento devido a passagem do tempo.
 - Benefícios pagos.

Conforme Nota Explicativa da Entidade:

Na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2021, o Plano Fusanprev apresentou resultado financeiro-atuarial deficitário, apontando necessidade de elaboração de um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico no ano de 2022, para ser implementado em 2023, em conformidade com a legislação.

O Plano de Equacionamento do Déficit foi aprovado por todos os órgãos de governança da entidade e das patrocinadoras e foi registrado contabilmente em dezembro de 2022, para ser implantado em abril de 2023, segundo as atuais normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar e PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. O valor que será equacionado é de R\$ 81,1 milhões e serão pagos paritariamente entre participantes e patrocinadoras.

O Plano de Equacionamento do Déficit será revisto periodicamente a partir dos resultados da Avaliação Atuarial Anual do Plano Fusanprev, de acordo com a legislação e contrato firmado entre as partes. O objetivo da revisão periódica é adequar o plano de equacionamento ao equilíbrio atuarial.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.4 - Teste no Plano de Gestão Administrativa – PGA

- Análise do Regulamento do PGA e todos os aspectos legais dos controles, com base na mudança pela IN PREVIC nº 31 de 20/08/2020.
- Analisamos os critérios de rateio, confrontando com os nossos testes, conforme regulamento.
- Análise e validação dos rateios entre os planos e entre as gestões.
- Validação da segregação entre despesas comuns e específicas entre os planos.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.5 - Gestão dos Investimentos

A Fundação atua nos seguintes segmentos: Fundos de Investimentos, Investimentos Imobiliários e Empréstimos a Participantes.

Nesse segmento, nossa abordagem pode ser assim resumida:

- Obtivemos, para leitura e entendimento, a Política de Investimentos dos recursos (2022).
- Observamos os critérios de segregação dos investimentos de acordo com os critérios estabelecidos pela Entidade.
- Confrontamos os saldos contábeis com os respectivos extratos mensais, por plano e consolidado, bem como estes saldos contábeis com os extras contábeis.
- Efetuamos testes nas movimentações de aplicações e resgates ocorridos no decorrer de 2022.
- Avaliamos os procedimentos técnicos, operacionais e de controles dos investimentos.
- Avaliamos o total de recursos garantidores das reservas técnicas em dezembro/2022

Efetuamos os seguintes procedimentos:

- Analisamos as flutuações dos investimentos no exercício
- Comparação contábil x extracontábil (extrato do custodiante), no mês de dezembro/2022.

- Análise dos extratos do custodiante, por planos e consolidado, no semestre em análise.
- Conferência dos limites de enquadramentos conforme Política de Investimentos e Resolução CMN 4.994/2022, no exercício.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.6 - Investimentos Imobiliários

Efetuamos os seguintes procedimentos:

- Comparativo contábil x extracontábil em dezembro/2022;
- Leitura dos laudos de reavaliação emitidos no 1º semestre/2022 e confronto com os registros contábeis;
- Avaliação da situação de vacância dos imóveis.

Resultados de nossos testes:

Em dezembro/2022 a vacância da Carteira de Imóveis estava em 18% (15% em dezembro/2021). A Entidade utiliza m² dos imóveis como critério para avaliação da vacância.

1.7 - Empréstimos a participantes

Adotamos os seguintes procedimentos:

- Comparativo contábil x extracontábil do saldo devedor de dezembro/2022;
- Análise dos critérios de PCLD, em dezembro /2022;
- Teste dos critérios utilizados na PCLD conforme legislação vigente.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.8 - Exame de Atas de Reuniões e de Ofícios recebidos da PREVIC

1.8.1 - Atas do Colegiado

Procedemos à leitura das atas de reuniões do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos, atentando para as principais deliberações.

PARTE II - COMENTÁRIOS SOBRE O PATRIMÔNIO

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
ATIVO		
Disponível	232	354
Realizável		
Gestão Previdencial	59.860	12.538
Gestão Administrativa	34.158	33.805
Investimentos		
Fundos de Investimentos	1.789.112	1.678.947
Investimentos Imobiliários	46.517	43.391
Empréstimos e Financiamentos	105.023	97.517
Depósitos judiciais/recursais	173	223
Precatórios – OFNDS	3.142	-
	<u>1.943.967</u>	<u>1.820.078</u>
	2.037.985	1.866.421
Permanente		
Imobilizado	147	168
Intangível	183	120
	<u>330</u>	<u>288</u>
	2.038.547	1.867.063
PASSIVO		
Exigível Operacional		
Gestão Previdencial	11.453	10.542
Gestão Administrativa	977	638
Investimentos	112	125
	<u>12.542</u>	<u>11.305</u>
Exigível Contingencial		
Gestão Previdencial	2.656	2.202
Gestão Administrativa	33.579	33.163
Investimentos	173	203
	<u>36.408</u>	<u>35.568</u>
Patrimônio Social		
Patrimônio de Cobertura do Plano		
Provisões Matemáticas	2.041.658	1.985.731
Equilíbrio Técnico	(71.845)	(183.403)
	<u>1.969.83</u>	<u>1.802.328</u>
Fundos		
Fundos Previdenciais	11.727	9.470
Fundos Administrativos	6.460	6.567
Fundos dos Investimentos	1.597	1.825
	<u>19.784</u>	<u>17.862</u>
	1.989.596	1.820.190
	2.038.547	1.876.063

1. DISPONÍVEL

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Bancos conta movimento (imediate)	232	354
	<u>232</u>	<u>354</u>

Saldos contábeis em conformidade com os extratos bancários em 31.12.2022 e respostas de circularizações recebidas dos bancos Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Santander.

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

2. REALIZÁVEL

2.1. Gestão Previdencial

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contribuições no mês [a]	6.141	5.420
Contribuições s/ 13º salário [a]	5.875	5.150
Operações contratadas [b]	45.316	-
Contribuições contratadas – TAC – não examinado	134	15
Depósitos judiciais/recursais (expurgos inflacionários) [c]	2.394	1.953
	<u>59.860</u>	<u>12.538</u>

[a] – Analisamos as movimentações das receitas reconhecidas e recebimentos subsequentes no exercício, assim como as tempestivas conciliações, além da resposta de circularização enviada pela Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná.

[b] – Referente ao reconhecimento dos Contratos de Confissão de Dívida, baseados no Plano de Equacionamento do Déficit de 31.12.2021. Verificamos os contratos devidamente assinados.

	<u>R\$</u>
Contrato – SANEPAR (*)	40.044
Contrato – FUSAN (**)	350
Contrato – Fundação SANEPAR de Assistência Social (**)	154
	<u>40.548</u>
Atualização 2022 – INPC + juros atuariais	4.768
	<u>45.316</u>

(*) – Saldo a ser pago em 153 parcelas a partir de abril/2023 (final em dezembro/2035).

(**) – Saldo a ser pago em parcela única.

[c] – Analisamos a movimentação das contas no exercício. A partir de 2021, os saldos sofrem atualização apenas por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC, conforme art. 23 da IN PREVIC nº 31 de 20.08.20. A Entidade aponta haver uma dificuldade em obter os extratos que compõem os depósitos judiciais. Conforme a entidade *“Em 2016, a Fusan ofereceu um imóvel comercial no valor de R\$ 1.720 mil para garantir em juízo ação de expurgos inflacionários ingressado por participante assistido. Com essa medida, não houve saída de recursos financeiros que continuaram aplicados no mercado financeiro e o imóvel continua sendo rentabilizado através do aluguel.”*

2.2. Gestão Administrativa

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contribuições no mês	487	557
Depósitos judiciais/recursais	33.563	33.148
Outros – não examinado	108	100
	<u>34.158</u>	<u>33.805</u>

2.2.1. Depósitos judiciais/recursais

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Dirigentes - ver item 5	26.668	26.668
PIS/COFINS - ver item 5	6.818	6.403
Trabalhistas	77	77
	<u>33.563</u>	<u>33.148</u>

A partir de 2021, os saldos sofrem atualização apenas por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC, conforme art. 23 da IN PREVIC nº 31 de 20.08.20.

2.3. Investimentos

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fundos de investimentos	1.789.112	1.678.947
Investimentos imobiliários	46.517	43.391
Empréstimos a participantes	105.023	97.517
Recursos a receber – precatórios	3.142	-
Depósitos judiciais/recursais – não examinado	173	223
	<u>1.943.967</u>	<u>1.820.078</u>

2.3.1. Fundos de investimentos

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fundos de renda fixa	1.114.038	960.542
Fundos de ações	226.499	258.008
Fundos de investimentos em participações (FIP)	33.541	30.859
Fundos multimercado	144.483	187.340
Fundos multimercado estruturados	154.954	133.850
Fundos de investimento no exterior	115.597	108.349
	<u>1.789.112</u>	<u>1.678.948</u>

Confrontamos os saldos com as posições das carteiras de investimentos. Saldos compatíveis.

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

2.3.2. Investimentos imobiliários

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Uso próprio	4.512	4.045
Locados a patrocinadores	10.314	9.818
Locados a terceiros	29.921	25.065
Rendas de participações	4.770	4.463
	<u>46.517</u>	<u>43.391</u>

Confrontamos os saldos contábeis com os controles internos e reavaliações. A última reavaliação foi realizada em abril 2022, onde se registrou um acréscimo de R\$ 3.145 mil em relação aos saldos registrados em 31.12.2021.

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

2.3.3. Empréstimos a participantes

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Empréstimos – diversas modalidades	98.888	92.936
Empréstimos a receber	5.474	4.319
Empréstimos pendentes/não recebidos	1252	808
(-) Perdas estimadas	(591)	(546)
	<u>105.023</u>	<u>98.609</u>

Analizamos os relatórios extracontábeis, movimento do semestre e critérios para o reconhecimento de perdas estimadas em 31.12.2022.

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

3. PERMANENTE

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Imobilizado	147	168
Intangível	183	120
	<u>330</u>	<u>288</u>

Observamos as movimentações de adições e ajustes no exercício.

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

4. EXEGÍVEL OPERACIONAL

4.1. Gestão Previdencial

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Benefícios a pagar		
Aposentadorias/pensões [a]	6.416	6.133
Outros – não examinado	69	23
	<u>6.485</u>	<u>6.156</u>
Retenções a recolher		
IRRF s/ benefícios a recolher [b]	2.221	2.053
IRRF s/ devoluções a recolher [b]	23	219
Fundação Sanepar de Assistência Social [c]	1.552	1.408
Outros – não examinado	42	149
	<u>3.838</u>	<u>3.829</u>
Valores a repassar ao PGA	489	552
Outros [d]	641	5
	<u>11.453</u>	<u>10.542</u>

[a] – Conferimos a liquidação subsequentes dos benefícios.

[b] – Verificamos a movimentação no semestre e os recolhimentos subsequentes, dentro dos prazos.

[c] – Verificamos a movimento no semestre e os repasses subsequentes.

[d] – Do total, R\$ 466 mil (73%) referem-se a depósitos não identificados (recentes – de dezembro/22)

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

4.2. Gestão Administrativa

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contas a pagar		
Provisão de férias, 13º salário e respectivos encargos [a]	380	317
Outros	<u>381</u>	<u>166</u>
	761	483
Retenções a recolher		
INSS a recolher [b]	99	75
IRRF s/ folha a recolher [b]	77	54
FGTS a recolher [b]	35	20
Outros	<u>5</u>	<u>6</u>
	216	155
	<u>977</u>	<u>638</u>

[a] – Saldos de acordo com os relatórios de férias, 13º salário e respectivos encargos acumulados em 31.12.2022.

[b] – Verificamos a movimentação no semestre e os recolhimentos subsequentes, dentro dos prazos.

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

5. EXEGÍVEL CONTINGENCIAL

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Gestão Previdencial [a]	2.656	2.202
Gestão Administrativa	33.579	33.163
Investimentos	<u>173</u>	<u>203</u>
	<u>36.408</u>	<u>35.568</u>

[a] – Verificamos controle extracontábil, atualizado e conciliado mensalmente, identificando todas as causas (com prognósticos prováveis). Procedemos com a leitura das respostas de circularizações recebidas dos advogados.

5.1. Gestão Administrativa

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Dirigentes [a]	26.668	26.668
PIS/COFINS [a]	6.818	6.403
Pessoal	<u>92</u>	<u>92</u>
	<u>33.578</u>	<u>33.163</u>

[a] – Contingências totalmente suportadas por depósitos judiciais. Ver item 2.2.1, anterior.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Patrimônio de cobertura do plano		
Provisões matemáticas	2.041.657	1.985.731
Equilíbrio técnico	(71.845)	(183.403)
	<u>1.969.812</u>	<u>1.802.328</u>
Fundos		
Fundos previdenciais	11.727	9.470
Fundos administrativos	6.460	6.567
Fundos de garantia de operações com participantes	1.597	1.825
	<u>19.784</u>	<u>17.862</u>
	<u>1.989.596</u>	<u>1.820.190</u>

Confrontamos os saldos com relatórios extracontábeis enviados pelo departamento atuário interno da Entidade, estando os mesmos compatíveis.

6.1. Equilíbrio técnico

	<u>31.12.2022</u>
Adições (contribuições)	131.277
Deduções (benefícios)	(129.660)
(Constituições)/Reversões de contingências	(454)
(Cobertura)/Reversão de despesas administrativas	(4.183)
Fluxo dos investimentos	172.831
(Constituição)/Reversão das provisões atuariais	(101.362)
(Constituição)/Reversão de fundos (Previdenciais)	(2.270)
Superávit formado de janeiro a dezembro de 2022	66.179
Equacionamento de déficit a integralizar - 2022	45.379
Déficit acumulado até dezembro de 2021	(183.403)
Déficit técnico acumulado em 31.12.2022	(71.845)

PARTE III – ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

1. RECOLHIMENTOS DE PIS E COFINS

Conferimos os cálculos das contribuições para o PIS e para a COFINS, relativos aos fatos geradores ocorridos em 2022 e constatamos que estão em conformidade com a EFD, conforme demonstramos:

1.1. Demonstrativo de Apuração – Janeiro/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	27.087.130,13	27.087.130,13
(+) Recursos Coletados - Previdencial	5.947.173,85	5.947.173,85
(+) Receitas Administrativas	709.035,67	709.035,67
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	20.430.920,61	20.430.920,61
EXCLUSÕES (B)	(26.333.005,08)	(26.333.005,08)
(-) Recursos Coletados - Previdencial	(5.947.173,85)	(5.947.173,85)
(-) Renda de Investimentos – Líquida	(20.385.831,23)	(20.385.831,23)
Base de Cálculo (A) – (B)	754.125,05	754.125,05
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado - PHF	4.901,81	30.165,00
Valor conforme EFD Contribuições	4.901,81	30.165,00
Divergência	-	-

1.2. Demonstrativo de Apuração – Fevereiro/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	20.367.878,93	20.367.878,93
(+) Recursos coletados - previdencial	5.976.269,38	5.976.269,38
(+) Receitas administrativas	712.296,39	712.296,39
(+) Renda de investimentos (Líquida)	13.679.313,16	13.679.313,16
EXCLUSÕES (B)	(19.601.984,39)	(19.601.984,39)
(-) Recursos coletados - previdencial	(5.976.269,38)	(5.976.269,38)
(-) Renda de investimentos – líquida	(13.625.715,01)	(13.625.715,01)
Base de cálculo (A) – (B)	765.894,54	765.894,54
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	4.978,31	30.635,78
Valor conforme EFD Contribuições	4.978,31	30.635,78
Divergência	-	-

1.3. Demonstrativo de Apuração – Março/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	43.345.419,70	43.345.419,70
(+) Recursos coletados - previdencial	6.266.832,62	6.266.832,62
(+) Receitas administrativas	725.157,93	725.157,93
(+) Renda de investimentos (Líquida)	36.353.429,15	36.353.429,15
EXCLUSÕES (B)	(42.557.801,24)	(42.557.801,24)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.266.832,62)	(6.266.832,62)
(-) Renda de investimentos – líquida	(36.290.968,62)	(36.290.968,62)
Base de cálculo (A) – (B)	787.618,46	787.618,46
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.119,52	31.504,74
Valor conforme EFD Contribuições	5.119,52	31.504,74
Divergência	-	-

1.4. Demonstrativo de Apuração – Abril/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	1.895.002,31	1.895.002,31
(+) Recursos coletados - previdencial	6.928.647,19	6.928.647,19
(+) Receitas administrativas	759.943,19	759.943,19
(+) Renda de investimentos (líquida)	(5.793.588,07)	(5.793.588,07)
EXCLUSÕES (B)	(1.083.510,22)	(1.083.510,22)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.928.647,19)	(6.928.647,19)
(-) Renda de investimentos – líquida	5.845.136,97	5.845.136,97
Base de cálculo (A) - (B)	811.492,09	811.492,09
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.274,70	32.459,68
Valor conforme EFD Contribuições	5.274,70	32.459,68
Divergência	-	-

1.5. Demonstrativo de Apuração – Maio/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	28.877.183,38	28.877.183,38
(+) Recursos coletados - previdencial	6.626.225,38	6.626.225,38
(+) Receitas administrativas	748.859,16	748.859,16
(+) Renda de investimentos (líquida)	21.502.098,84	21.502.098,84
EXCLUSÕES (B)	(28.058.655,73)	(28.058.655,73)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.626.225,38)	(6.626.225,38)
(-) Renda de investimentos – líquida	(21.432.430,35)	(21.432.430,35)
Base de cálculo (A) - (B)	818.527,65	818.527,65
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.320,43	32.741,11
Valor conforme EFD Contribuições	5.321,18	32.745,74
Divergência	(0,75)	(4,63)

1.6. Demonstrativo de Apuração – Junho/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	(4.512.375,48)	(4.512.375,48)
(+) Recursos coletados - previdencial	6.491.171,42	6.491.171,42
(+) Receitas administrativas	749.306,85	749.306,85
(+) Renda de investimentos (líquida)	(11.752.853,75)	(11.752.853,75)
EXCLUSÕES (B)	5.327.666,08	5.327.666,08
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.491.171,42)	(6.491.171,42)
(-) Renda de investimentos – líquida	11.818.837,50	11.818.837,50
Base de cálculo (A) - (B)	815.290,60	815.290,60
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.299,39	32.611,62
Valor conforme EFD Contribuições	5.299,39	32.611,62
Divergência	-	-

1.7. Demonstrativo de Apuração – Julho/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	32.846.708,24	32.846.708,24
(+) Recursos coletados - previdencial	6.637.198,40	6.637.198,40
(+) Receitas administrativas	750.986,01	750.986,01
(+) Renda de investimentos (líquida)	25.458.523,83	25.458.523,83
EXCLUSÕES (B)	(32.029.362,79)	(32.029.362,79)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.637.198,40)	(6.637.198,40)
(-) Renda de investimentos – líquida	(25.392.164,39)	(25.392.164,39)
Base de cálculo (A) – (B)	817.345,45	817.345,45
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.312,75	32.693,82
Valor conforme EFD Contribuições	5.312,75	32.693,82
Divergência	-	-

1.8. Demonstrativo de Apuração – Agosto/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	30.490.902,39	30.490.902,39
(+) Recursos coletados - previdencial	6.996.563,19	6.996.563,19
(+) Receitas administrativas	757.383,44	757.383,44
(+) Renda de investimentos (líquida)	22.736.955,76	22.736.955,76
EXCLUSÕES (B)	(29.658.165,08)	(29.658.165,08)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.996.563,19)	(6.996.563,19)
(-) Renda de investimentos – líquida	(22.661.601,89)	(22.661.601,89)
Base de cálculo (A) – (B)	832.737,31	832.737,31
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.412,79	33.309,49
Valor conforme EFD Contribuições	5.412,79	33.309,49
Divergência	-	-

1.9. Demonstrativo de Apuração – Setembro/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	15.114.335,59	15.114.335,59
(+) Recursos coletados - previdencial	6.814.466,28	6.814.466,28
(+) Receitas administrativas	757.747,29	757.747,29
(+) Renda de investimentos (líquida)	7.542.122,02	7.542.122,02
EXCLUSÕES (B)	(14.283.761,88)	(14.283.761,88)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.814.466,28)	(6.814.466,28)
(-) Renda de investimentos – líquida	(7.469.295,60)	(7.469.295,60)
Base de cálculo (A) – (B)	830.573,71	830.573,71
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.398,73	33.222,95
Valor conforme EFD Contribuições	5.398,73	33.222,95
Divergência	-	-

1.10. Demonstrativo de Apuração – Outubro/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	35.446.592,29	35.446.592,29
(+) Recursos coletados - previdencial	6.895.917,74	6.895.917,74
(+) Receitas administrativas	764.305,12	764.305,12
(+) Renda de investimentos (líquida)	27.786.369,43	27.786.369,43
EXCLUSÕES (B)	(34.614.042,83)	(34.614.042,83)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.895.917,74)	(6.895.917,74)
(-) Renda de investimentos – líquida	(27.718.125,09)	(27.718.125,09)
Base de cálculo (A) - (B)	832.549,46	832.549,46
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.411,57	33.301,98
Valor conforme EFD Contribuições	5.411,57	33.301,98
Divergência	-	-

1.11. Demonstrativo de Apuração – Novembro/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	12.065.742,15	12.065.742,15
(+) Recursos coletados - previdencial	6.693.022,60	6.693.022,60
(+) Receitas administrativas	770.657,90	770.657,90
(+) Renda de investimentos (líquida)	4.602.061,65	4.602.061,65
EXCLUSÕES (B)	(11.197.770,51)	(11.197.770,51)
(-) Recursos coletados - previdencial	(6.693.022,60)	(6.693.022,60)
(-) Renda de investimentos – líquida	(4.504.747,91)	(4.504.747,91)
Base de cálculo (A) - (B)	867.971,64	867.971,64
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	5.641,82	34.718,87
Valor conforme EFD Contribuições	5.641,82	34.718,87
Divergência	-	-

1.12. Demonstrativo de Apuração – Dezembro/2022 – Em Reais.

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	70.264.244,88	70.264.244,88
(+) Recursos coletados - previdencial	59.003.298,52	59.003.298,52
(+) Receitas administrativas	974.923,98	974.923,98
(+) Renda de investimentos (líquida)	10.286.022,38	10.286.022,38
EXCLUSÕES (B)	(69.247.237,30)	(69.247.237,30)
(-) Recursos coletados - previdencial	(59.003.298,52)	(59.003.298,52)
(-) Renda de investimentos – líquida	(10.243.938,78)	(10.243.938,78)
Base de cálculo (A) - (B)	1.017.007,58	1.017.007,58
Percentual	0,65%	4%
Valor apurado - PHF	6.610,55	40.680,30
Valor conforme EFD Contribuições	6.610,55	40.680,30
Divergência	-	-

2. DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF

Revisamos o preenchimento e envio das DCTF's mensalmente, de janeiro a dezembro de 2022, confrontando os saldos informados nas declarações com relatórios de arrecadações da fundação, conforme demonstramos:

Mês/ Ano	Tipo	Nº Recibo	Data de Envio
Janeiro/2022	Original	08.57.80.73.41-80	21/03/2022
Fevereiro/2022	Original	06.82.47.42.70-11	18/04/2022
Março/2022	Original	05.38.61.80.93-95	16/05/2022
Abril/2022	Original	17.08.26.35.85-91	21/06/2022
Maió/2022	Retificadora	32.73.73.08.35-22	15/08/2022
Junho/2022	Original	09.24.94.22.54-26	15/08/2022
Julho/2022	Original	34.27.00.07.66-59	16/09/2022
Agosto/2022	Original	18.32.54.01.06-60	11/10/2022
Setembro/2022	Original	05.33.85.08.38-59	21/11/2022
Outubro/2022	Original	32.80.82.47.36-91	12/12/2022
Novembro/2022	Original	34.23.97.31.28-43	17/01/2023

3. DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTFWeb

Revisamos as informações e envio das DCTFWeb's mensalmente, de janeiro a dezembro de 2022, testando as bases de cálculo e retenções das folhas de pagamento do mesmo período, conforme demonstramos:

Mês/ Ano	Nº Recibo	Data de Envio
Janeiro/2022	50000033139380	14/02/2022
Fevereiro/2022	50000039660741	15/03/2022
Março/2022	50000045007190	12/04/2022
Abril/2022	50000051121459	12/05/2022
Maió/2022	50000057388559	14/06/2022
Junho/2022	50000064542936	12/07/2022
Julho/2022	50000070416667	09/08/2022
Agosto/2022	50000075860270	06/09/2022
Setembro/2022	5000008275992	10/10/2022
Outubro/2022	50000088818455	09/11/2022
Novembro/2022	50000094656554	06/12/2022
Dezembro/2022	50000103184667	02/01/2023
13º Salário/2022	50000095942490	08/12/2022

Os valores apurados estão em conformidade com as folhas de pagamento mensais.

4. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD Contribuições

Revisamos o preenchimento e envio das EFD's mensalmente, de janeiro a dezembro de 2022, que se refere ao arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS e a COFINS, no caso das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, são calculados pelo regime cumulativo.

Período de Apuração	Recibo	Data de Envio
01/01/2022 a 31/01/2022	75.09.D6.32.FB.69.A2.FC.82.B7.EE.F5.CC. FF.9F.A5.E3.69.3D.CF-1	09/03/2022
01/02/2022 a 28/02/2022	B3.6E.5E.6A.75.13.71.F7.CB.94.44.4A.D9. 8A.28.F3.BE.2A.EC.EE-0	29/03/2022
01/03/2022 a 31/03/2022	63.3D.F0.3F.B4.23.79.85.F4.8E.EF.A6.20.18.1A.80.F7.EC.07.82-3	02/05/2022
01/04/2022 a 30/04/2022	B7.CE.75.7E.B0.D4.0A.15.CB.A2.50.F2.31. 5C.50.5F.53.F9.0C.96-7	30/05/2022
01/05/2022 a 31/05/2022	D8.B8.10.9C.0F.CB.3B.35.F9.A0.6A.2D.C6. C8.43.BE.11.94.F1.6D-0	08/07/2022
01/06/2022 a 30/06/2022	D7.0C.0C.C6.63.3E.4D.18.9E.14.1E.F1.7B. C8.E8.72.98.64.B7.ED-0	19/07/2022
01/07/2022 a 31/07/2022	99.54.19.2B.85.CD.E3.A8.85.38.6A.88.48.47.7B.39.1F.F7.DE.49-9	01/09/2022
01/08/2022 a 31/08/2022	A6.0F.55.0D.7C.03.B4.6E.5E.2E.FC.40.76.CA.C0.27.DF.4E.13.4F-0	27/09/2022
01/09/2022 a 30/09/2022	93.06.C8.23.F7.2E.E9.72.39.1F.F2.91.22.4F.77.9A.BB.4F.E7.A0-9	01/11/2022
01/10/2022 a 31/10/2022	EA.14.5F.D4.B1.5E.AB.74.57.0D.13.71.07.87.A6.39.65.14.27.23-1	21/11/2022
01/11/2022 a 30/11/2022	C5.B2.6D.BA.DB.E9.4D.2E.59.E0.3D.E3.A2.B0.9B.DB.3E.E2.EB.D2-3	26/12/2022
01/12/2022 a 31/12/2022	F3.67.E3.AB.3A.C2.38.E1.C5.CE.BA.92.2D.18.22.A2.4B.A0.16.B9-6	24/01/2023

Com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como os custos, despesas, encargos etc. Analisamos a base de cálculo demonstrada e os valores apurados estão em conformidade.

PARTE IV – OUTROS ASSUNTOS

- Gestão de contratos vigentes na fundação
 - Analisamos a relação dos contratos vigentes na fundação, totalizando 62 contratos ativos.
 - Observamos que os contratos, bem como a condução de todo o seu processo, são bem-organizados dentro da entidade.
- Saldo do fundo administrativo é maior do que o valor do ativo permanente, conforme preceitua a Instrução nº 34 de 2009 e alterações posteriores:

Dados do mês de dezembro/2022:

- *Fundo administrativo* – R\$ 6.459.336,59.
- *Ativo permanente* – R\$ 330.732,04.

- Certidões de Débitos Junto aos Órgãos Competentes:

Certidão	Emissão	Validade
Certificado de Regularidade do FGTS	12/03/2023	10/04/2023
Certidão Conjunta Negativa – Débitos Federais e Dívida Ativa	29/12/2022	27/06/2023
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	31/01/2023	31/05/2023
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	31/01/2023	30/07/2023
Certidão Negativa de Débitos Municipais e Dívida Ativa	29/12/2022	29/03/2023

PARTE V – RECOMENDAÇÕES

Provisão para Contingências

Visando agilidade e interação entre a Contabilidade e os Consultores Jurídico, quando do encerramento do exercício, é recomendável antecipar algumas informações e embasamentos para registro contábil sobre as provisões para contingências, conforme destacamos:

- a) segregação e evolução dos saldos atuais dos depósitos judiciais e depósitos recursais;
- b) informações sobre possíveis contingências nos Planos, mensalmente;
- c) informações sobre possíveis contingências nas Gestões **Administrativa** (PGA) e de **Investimentos**;
- d) formatação de documento contendo informações segregadas e individualizadas dos processos com possibilidades de perda provável, possível e remota, e a correspondente valoração (relatório individual).

Riscos

- Irregularidades quanto ao registro contábil de ativos sem garantias de realizações e passivos não reconhecidos;
- Probabilidade de apuração de montantes incorretos, distorcidos da realidade, posto que sem informação em tempo real, mitiga as chances de conferências adequadas dos valores em questão;

Recomendação

Como se trata de valores relevantes e que afetam diretamente o Plano de Benefícios é imprescindível iniciar essa interação entre os Consultores Jurídicos e a Contabilidade desde o início do exercício, acompanhando todos os processos, realizando um trabalho de identificação dos passivos contingentes, bem como vinculá-los aos respectivos depósitos e/ou bloqueios judiciais.

PARTE VI – CONCLUSÃO

Os comentários apresentados neste relatório, os procedimentos executados foram considerados como parte de nosso estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Fundação, com o objetivo de fornecer subsídios para determinação da natureza, oportunidade e extensão dos testes de auditoria aplicados neste exercício em conexão com o exame das demonstrações contábeis da Entidade do exercício de 2022.

Com base no resultado dos trabalhos efetuados e conforme comentários apresentados neste relatório, concluímos pela adequada apresentação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, inclusive quanto à documentação hábil comprobatória que suporta os registros contábeis, desta forma, no decorrer dos trabalhos, discutimos alguns assuntos que merecesse atenção por parte de sua administração que foram devidamente analisados e explicados no transcrito dos trabalhos, não havendo a necessidade de recomendações específicas.

Concluimos, portanto, que os controles internos da **FUNDAÇÃO SANEPAR – FUSAN** oferecem segurança adequada sobre as operações realizadas.

* * * * *